

Existência e resistência em uma sociedade de Estado punitivo - mulheres negras em situação de cárcere na cidade de São Paulo.

Wallesandra Souza Rodrigues¹

Resumo

O crescimento exponencial do contingente prisional no Brasil desde a década de 1990 até os dias atuais é um fenômeno que merece atenção e reflexão por parte de todas as atrizes e atores políticos em nossa sociedade. Um fator que chama especial atenção nesse fenômeno foi o descomunal crescimento da população carcerária feminina e a sobrerrepresentação de mulheres negras nesses espaços. Tendo como objeto os mecanismos de resistência ao racismo, produzidos pelas mulheres negras presas na cidade de São Paulo, esta pesquisa teve como objetivo analisar as narrativas dessas mulheres, com o intuito de averiguar se a categoria raça, enquanto marcador social da diferença, é percebida pelas mulheres como elemento significativo em sua vivência social nos contextos intra e extramuros. Os métodos utilizados nesta pesquisa etnográfica foram, em um primeiro momento, bibliográficos por meio de uma revisão dos trabalhos abordando a intersecção entre raça/classe na realidade prisional feminina no Brasil e a realização de uma análise do discurso presente nas narrativas de trajetória de vida das apenadas, como meio de compreender os sentidos atribuídos em suas falas. O contato com as mulheres se deu por meio da participação em atividades de roda de leitura e artesanato realizados em um centro de progressão penitenciário feminino – CPP do Butantã. A atividade chamada Leitura Liberta é realizada no formato de roda de leitura desde 2016 em resultado de uma proposta feita por educadores à direção local. Em contrapartida a direção autoriza os acessos dos facilitadores e seus convidados, além de ceder o espaço da biblioteca para a realização da atividade. Idealizada por três profissionais envolvidos com educação que já tinham tido experiências com esse público e motivados pela reflexão proposta por Antônio Cândido de que a literatura é um direito humano fundamental, estruturou-se a atividade sendo realizada uma vez por semana com obras selecionadas livremente pelos educadores e pelas participantes utilizando o espaço existente da biblioteca. No começo do projeto havia o interesse em que as horas dedicadas às atividades pudessem reverter em remição de dias de pena para as participantes. Segundo a norma vigente, as atividades de leitura contam para fins de remição somente mediante apresentação de resenha da obra lida/trabalhada pela apenada o que ainda não pode ser realizado pelo grupo. O convite para participar das atividades de leitura e artesanato veio por meio de uma das idealizadoras que, sabendo do objetivo desta pesquisa de

¹ Graduanda em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP). Email: wsrodrigues@gmail.com

acessar as narrativas de mulheres negras em situação de cárcere, compreendeu que além de agregar uma educadora voluntária também estaria ajudando na pesquisa. As atividades se mantêm sendo realizadas uma vez por semana, sempre às sextas-feiras no período da manhã. No grupo atual de voluntários há um pouco mais de dez voluntários multiprofissionais que se revezam em duplas ou trios para realizar as atividades. Nos cinco meses de campo, algumas dificuldades podem ser apontadas com relação ao controle de entrada e saída de materiais na penitenciária podendo ser ou não ser revistados para checagem de seus conteúdos a depender do profissional de plantão. A volatilidade do público e a fragilidade da permissão de entrada que está sujeita aos contextos próprios, podendo ser ou não justificados por parte da unidade, como no caso de rebeliões em outras unidades prisionais, nem mesmo femininas, do Estado geram uma situação de alerta em todas as outras unidades. Os livros lidos são escolhidos livremente pelos voluntários contando também com sugestões das participantes, a única exigência é que sejam possíveis de ser lidas de maneira integral num mesmo encontro. Todas as obras escolhidas geram bastante interesse e discussão entre as participantes, mas nessa pesquisa será destacada a análise do discurso de uma mulher acerca da invisibilização que sofre a mulher negra em nossa história em uma roda que foi lido um cordel. Na atividade de artesanato, se destaca a história de o porquê as mulheres envolvidas na atividade do artesanato começaram a fazer bonecas negras de crochê partindo da iniciativa de uma mãe querer presentear sua filha que a visitaria na unidade. Foi possível assim averiguar que essas mulheres compartilham à sua maneira reflexões acerca de sua condição social enquanto mulher negra e atuam de maneira bastante significativa produzindo mecanismos de resistência ao racismo que perpassa suas existências.

Palavras-chave: racismo; resistência; mulheres negras; prisão.

Introdução

O crescimento exponencial do contingente prisional feminino joga luz à crise no sistema prisional brasileiro que de tempos em tempos ganha destaque na mídia² quando eclodem rebeliões, na maior parte dos casos noticiados em presídios masculinos, que denunciam o fenômeno da superlotação no sistema prisional e outras violações aos direitos humanos. Nos dois relatórios mais recentes fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2014 e 2016, que apresenta dados sobre a realidade prisional para o público feminino, pôde-se verificar o aumento de 455% no número nacional de mulheres presas no intervalo de 16 anos entre 2000 e 2016³.

A despeito das reflexões necessárias acerca da fragilidade dos dados coletados pelo DEPEN e os desafios para a produção do Infopen⁴, esta pesquisa se mobiliza considerando-se o fato que 62% dessas mulheres reclusas são negras e que a maior concentração da população carcerária feminina se encontra no Estado de São Paulo, se equiparando, portanto, à média nacional.

E a partir de uma perspectiva que olha atentamente aos efeitos produzidos pela relação entre as categorias raça e gênero, a pergunta sobre qual a percepção dessas mulheres sobre o marcador social da raça em sua situação de mulher presa motiva o campo.

Assim, a pesquisa apresenta uma análise a partir da experiência etnográfica vivenciada em dois espaços educativos dentro de uma unidade prisional de progressão penitenciária feminina: uma roda de leitura e uma oficina de artesanato. Cumprindo com o objetivo de averiguar se de alguma maneira as mulheres negras presas elaboram uma percepção sobre o marcador racial em suas trajetórias de vidas extra e intramuros.

No primeiro tópico deste artigo descrevemos a trajetória de aproximação do campo, reflexões produzidas pelas possibilidades apresentadas no campo e a escolha da via mais apropriada para observação. No segundo tópico

² Defensores são libertados, e rebelião em prisão de SP termina após 22 horas. <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/defensores-publicos-sao-libertados-e-rebeliao-em-cadeia-de-sp-chega-ao-fim.shtml>> . Acesso em 30/08/2018.

³ Dados extraídos do INFOPEN Mulheres 2ª edição– 2016.

⁴ ITTC analisa: Infopen Mulheres 2016. <http://itcc.org.br/itcc-analisa-infopen-mulheres-2016/>. Acessado em 31/08/2018.

discutimos a questão dos marcadores gênero e raça no contexto social geral e do cárcere. Apresentamos as experiências de resistência de se apresentaram no campo, todos os nomes apresentados são fictícios.

Por fim, apresentamos as considerações finais do que foi observado em campo e relacionando com a literatura que serviu que base de pesquisa pré-campo.

1 Percursos até o campo.

A fase inicial de aproximação do campo por meio de formação como agente da Pastoral Carcerária (PCr), participação em discussões de grupo de trabalho (GT) de agentes com olhar para a relação entre gênero e cárcere, educadora voluntária em roda de leitura, acompanhamento de mutirão de atendimentos jurídicos e acompanhamento de oficina de artesanato já nos deu um panorama sobre os espaços e vias, mesmo que com certas restrições, de contato com o universo penitenciário.

As grades, altos muros e portões pesados, uma estrutura que à primeira vista pode ser comparada com muitas escolas públicas, dá o tom de uma instituição que objetiva restringir o trânsito dos corpos depositados ali conforme se pode observar nas três unidades femininas visitadas no período designado para o campo. Braços para trás, cruzando um sobre o outro, cabeças baixas, tratamento por senhora e senhor a todas as pessoas que não se encontram presas com elas, explicitam o ambiente disciplinador (FOUCAULT, 2009).

Algumas questões sobre os acessos e atuações de voluntários em atividades dentro das penitenciárias suscitaram reflexões, por exemplo, no caso da PCr em que se tornar um agente de visitas foi o caminho inicial para alguns pesquisadores, inclusive para este estudo, como meio de aproximação com o universo penitenciário. O que se compreende desse receio, beirando o incômodo, é que o trabalho da pastoral, na pessoa do agente, fique em segundo plano ou mesmo o risco de algum tipo de represália por meio do Estado em dificultar ainda mais a entrada da pastoral em virtude de denúncias ou publicações de pesquisas que fujam ao alinhamento/supervisão da instituição. Outro possível fator dessa apreensão pode ser o fato haver um número grande de agentes de visita formados em um ano e efetivamente um baixo número de agentes atuando. O motivo desse baixo número não cabe

aqui debater, mas se fez como um ponto de reflexão e autocrítica importante na pesquisa. A unidade escolhida foi visitada poucas vezes, pois a assistência religiosa foi proibida de ser realizada durante um longo período, sendo normalizada muito próxima à finalização desta pesquisa

Outra reflexão pulsante no campo se fez acerca das lacunas na “agência” do Estado em garantir os direitos fundamentais da pessoa presa, tal qual rege a Lei de Execuções Penais (LEP), como o direito de acesso ao estudo e trabalho remunerado como possibilidade de remição de pena. Mais recentemente também se estendendo a possibilidade de remição por meio da participação em atividades de leitura. No entanto, segundo análise do DEPEN - Infopen Mulheres 2016, apenas 25% da população prisional tem acesso às atividades laborais previstas na LEP. Quando se trata do acesso à educação, apenas 24% das mulheres presas estão envolvidas em alguma atividade educacional. Através da experiência do campo, foi possível averiguar que há uma espécie de autorização do Estado para execução de atividades de natureza educativa por parte de integrantes da sociedade civil, chamadas em certos casos de acordos de parceria.

O Estado se faz presente na execução das atividades então permitindo que elas aconteçam, bem como na seleção realizada pelas autoridades locais das unidades indicando quem pode participar, frustrando de certa maneira projetos que almejem um alcance maior no número de pessoas atendidas. A justificativa recebida quando essas autoridades são questionadas sobre o baixo quórum em algumas atividades é a de que “*elas [presas] não têm interesse*”, para além da não dita seletividade institucional que escolhe a quem julga merecer tal “benefício”⁵. No caso das rodas de leitura, o fato de a maioria da população prisional ter tido uma experiência escolar deficitária, intimida as que não se sentem confortáveis e mesmo envergonhadas por não saberem ler ou escrever fluentemente. As que se encontram nesse grupo realmente “não têm interesse” na atividade de início, mas uma vez que ouvem das companheiras de *raio* – como chamam a ala em que ficam as celas – que elas não precisam ler, pois as educadoras é que se encarregam dessa atividade, o interesse

⁵ Em pesquisa realizada pelo GT Educação nas Prisões – Ação Educativa e outras entidades em 2013, as pessoas presas não veem as atividades de estudo e trabalho como parte de um direito fundamental e sim como um benefício concedido a quem tem bom comportamento dentro da prisão.

imediatamente aflora e elas compartilham a satisfação em terem mudado de ideia quando participam do grupo.

Esses espaços de interação com pessoas de fora se faz valioso para as mulheres enquanto espaço de fruição do imaginário, conhecer outras possibilidades reais ou imaginadas de vida. Não cabe nesse espaço perguntar o motivo pelo qual aquelas mulheres foram parar ali, mas elas compartilham o que querem de sua trajetória. Falam dos lugares que conhecem ou gostariam de conhecer, da família que com quem mantém ou não contato, dos planos profissionais que pretendem realizar ao sair dali. Um espaço de encontros, trocas e sonhos. A frequência nessas atividades foi maior e o ambiente de troca possibilitou acessar mais histórias de mulheres que variam entre 8 e 17 participantes em cada atividade.

Na oficina de artesanato a seletividade institucional é mais marcada, pois participam apenas 5 mulheres, duas delas são presas contratadas da oficina recebendo menos de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo, tal qual rege a LEP e as outras três são presas voluntárias. O requisito para participar do artesanato é possuir habilidade para atividades manuais como costura, bordado, crochê, etc. Maria e Andrea já sabiam costurar desde muito novas e até fizeram alguns trabalhos como costureiras antes de serem presas. Sabendo desse requisito básico, as educadoras voluntárias que acompanham a atividade fizeram um levantamento das mulheres presas que gostariam de participar das atividades e que possuíam as habilidades manuais mínimas.

Apresentar a lista das mais de 10 mulheres não foi suficiente, ainda hoje, para conseguir que as mulheres interessadas participem da atividade. A resposta da instituição, não podendo ser a de que as mulheres não têm interesse passou a ser de que *“não dá certo mais do que essa quantidade. Já tivemos experiência. Elas não conseguem ser produtivas, muita mulher (sic) conversa demais”*. Aqui para além de uma reprodução sexista sobre a relação de mulheres em grupo, talvez não tão velado, há um exercício do controle do que é dito em presença de pessoas de fora da prisão. A forma de exercer esse controle é limitando o acesso à atividade apenas às que já são disciplinadas e possuem bom comportamento e não *“conversam demais”*. Para esta pesquisa não se optou pela realização de entrevistas, pois para tal seria necessário passar por um comitê de ética junto à instituição que serviu de campo, o que

poderia inviabilizar o campo no tempo disponível para a pesquisa.

2 Gênero, Raça e classe e a produção de desigualdades.

Pensar a questão da mulher negra invariavelmente mobiliza a reflexão sobre as formas de opressão basais na sociedade brasileira que marcam suas experiências, gênero, classe social e raça. Tal qual propõe uma análise de perspectiva interseccional, não se trata de hierarquizar a relação dos múltiplos fatores de opressão, no entanto é inegável que mulheres em virtude do sexismo, produto do patriarcalismo, e do racismo quando combinados vivenciam vulnerabilidades específicas, diferentes das produzidas por outra relação de marcadores, e assim se segue com outras combinações possíveis de opressões inerentes à expressão sexual, classe, etc.

Conforme nos aponta a história do país, coube à mulher negra, no caso a africana, enquanto a escravidão ainda era tida como sistema vigente, as múltiplas atividades de cuidado em primeiro lugar com a casa e filhos de suas senhoras e senhores, bem como dos deles próprios. E uma, por assim dizer, segunda jornada no cuidado com seus filhos e companheiros. No momento pós-abolição, à mulher negra coube uma condição de *viga mestra* do seu entorno ainda mais potencializada (GONZALEZ, 2018). Ela é arrimo de família, a organização e cuidado familiar são centralizados na figura da mulher e no caso da mulher negra ainda carrega o simbolismo das mães-pretas escravizadas, sendo ainda uma realidade de um grande número de mulheres que exercem a monoparentalidade, sem poder contar com apoio dos pais de seus filhos. Quando possuem parentes próximos, via de regra, contam com outras mulheres de sua família como rede de apoio.

Por isso se faz necessário recorrer às autoras feministas negras para não incorrer em uma *asfixia social* (CARNEIRO, 2011) para além da vivida e sentida cotidianamente no corpo e mente por mulheres negras, bem como evidenciar o lugar de importância dessa produção de conhecimento, o feminismo negro, a partir das experiências vividas por essas mulheres (GONZALEZ, 1986) ao tratar sobre o lugar que ocupam em nossa sociedade.

Esta pesquisa se comprometeu, conforme propõe a perspectiva interseccional, em descentralizar os relatos de experiências e realidades nas prisões femininas que costumam apresentar análises privilegiando a

perspectiva da classe social, sendo a nosso ver a raça se mostra como ponto central para refletir sobre as relações e rumos da sociedade brasileira. Mostra-se importante então dar atenção às formas como as mulheres negras presas, ao menos as com quem se teve contato, resistem autonomamente fazendo uso de suas potencialidades (SOUZA, 1983) dentro das possibilidades do ambiente e vivência no cárcere ao racismo, que em virtude do ambiente restritivo e nada ressocializador, pode parecer suprimido por outras violências.

2.1 A mulher e o cárcere.

A *condição* de mulheres no cárcere não é suavizada pelo fato de serem mulheres, a não concessão de cidadania a elas neste contexto é observada inicialmente na estrutura institucional que é construída a partir da ótica masculina, ignorando as particularidades no trato com o universo feminino. Construídas originalmente com o objetivo de docilizar corpos e mentes masculinas por meio do aprisionamento (FOUCAULT, 2009), a estrutura física das instituições que recebem mulheres em conflito com a lei, via de regra são: deterioradas, com má ventilação, pouca higiene, sem espaços adequados para execução de atividades como estudos, esportes, trabalho, visitas íntimas, creche e locais de amamentação. Faltam, ou são insuficientes quando existem, programas sociais e de assistência médica. As particularidades do gênero feminino são negligenciadas nessa dinâmica, pois se trata de um sistema acostumado a exercer o poder sobre a figura masculina que é oposta ao estereótipo feminino da docilidade, obediência e fragilidade (ARRUDA, 2014).

Essa realidade marcada pela não preocupação com as mulheres, parece ignorar que a violência sofrida na privação de liberdade gera reflexos na estrutura familiar dessas mulheres (SCHAFER, 2015). Quando o homem é preso, a mulher mantém a família unida e cuida da sua sobrevivência, possibilitando que esses homens tenham como preocupação mais urgente a situação de seus processos. No caso da mulher presa, a perda do contato com os filhos é sua maior preocupação, pois a depender das circunstâncias do momento da sua prisão, não havendo nenhum parente próximo, os filhos também serão institucionalizados. Além de em muitos casos essas mulheres serem as únicas provedoras de suas famílias, cuidando dos filhos e por vezes de algum outro parente debilitado, doente ou idoso. Quando não conseguem

oportunidades de trabalho dentro da prisão para receber ao menos os $\frac{3}{4}$ de um salário mínimo, a manutenção dessa família e mesmo delas na prisão se torna um grande problema.

No campo não tivemos acesso aos espaços das oficinas de trabalhos de outras empresas dentro da prisão, mas nos espaços administrativos e da própria oficina de artesanato as apenas que tiveram oportunidade de trabalhar são em sua maioria mulheres brancas ou não-brancas de tez clara. Essa definição é de certa maneira arbitrária, pois das sete mulheres que observou em atividades administrativas e de artesanato teve a oportunidade de obter autodeclaração somente de cinco delas, em que inclusive as socialmente lidas como negras se autodeclaram morenas. Nas atividades de leitura, havia uma maior quantidade de mulheres e em proporção um maior número de mulheres não-brancas participando.

No contexto do cárcere, percepções e relações são ressignificadas, a privação de liberdade promove alterações nas relações existentes antes do cárcere, mas as mulheres não são completamente retiradas dessas relações (LAGO, 2014). Além disso, a prisão promove novas relações que antes não existiam. Não é incomum ouvir das mulheres presas que lá dentro é “normal” as mulheres arrumarem namoradas, pois elas ficam muito sozinhas, necessitando de afeto, companheirismo e em alguns casos proteção. Ane⁶ conta, durante uma atividade de costura, que compreende e não tem preconceito, a ponto de um dia também ter considerado se relacionar com uma mulher lá dentro, embora afirme não ter feito, e isso não significar que fora dali deixe de relacionar com homens.

Dessa maneira as mulheres encontram uma alternativa de escapar minimamente ao controle exercido sobre sua sexualidade, uma vez que as instituições prisionais de maneira geral apresentam impeditivos para cumprir, por exemplo, com o direito à visita íntima nos presídios femininos. Não devemos nos aprofundar em tratar da privação da sexualidade das mulheres na prisão e os meios encontrados para exercer resistência, pois fugiria do nosso objeto. A maternidade e a sexualidade são temas que possuem um maior número de produções e se faz necessário um aumento na reflexão sobre

⁶ Nome fictício.

a relação raça, gênero e cárcere.

2.2 Histórias de heroínas e bonecas negras.

Lélia Gonzalez (1979) refletiu sobre o papel das *mães-pretas* enquanto atrizes de uma “*resistência passiva*” ao racismo e o apagamento das contribuições materiais e culturais dos povos africanos na constituição da cultura e sociedade brasileira. Enquanto criavam os filhos de seus senhores, transmitiam não somente alimento (leite), mas uma narrativa contra-hegemônica sobre suas origens e cultura, ressignificando a humanidade de pessoas negras oferecendo dessa maneira resistência ao racismo (FANON, 2010). Essas mulheres exerciam também significativo papel enquanto lideranças quilombolas e como cooperadoras ou organizadoras de fugas e revoltas.

Mesmo que a narrativa hegemônica tenha sido bem sucedida na missão de apagamento das construções africanas na cultura brasileira, à exemplo das escolas que mesmo com a existência de lei e diretrizes que implementam o ensino da história do território africano e seus povos no currículo escolar, que ainda resistem em ensinar que esses povos apenas serviram sem oferecer resistência alguma como escravos, não cabendo nenhuma contribuição positiva para a composição social no Brasil, o acesso à literatura pode oferecer uma via de ação reflexiva.

Tendo em vista a familiaridade com essa discussão, este estudo surgiu primeiro como a tentativa de acompanhar uma atividade realizada na Penitenciária Feminina da Capital (PFC) por duas educadoras que ministravam uma oficina de confecção de bonecas Abayomi⁷ com as apenadas. Diante da incompatibilidade de agendas o contato foi perdido. E um novo contato foi estabelecido com uma colega de Pastoral Carcerária que realizava uma atividade de leitura em uma unidade feminina na Zona Oeste de São Paulo. Esse novo contato é uma das idealizadoras da atividade intitulada Leitura Liberta, sendo realizada no formato de roda de leitura desde 2016 em resultado de uma proposta feita por ela e outros dois educadores à direção local. A

⁷ As Abayomi são bonecas feitas de amarrações, sem costura a partir de pequenos retalhos. Como conta a tradição, durante as longas travessias nos navios negreiros, as mulheres rasgavam pedaços de suas roupas e confeccionavam as bonecas para seus filhos, como um amuleto de proteção.

participação da direção consiste em autorizar os acessos dos facilitadores e seus convidados, além de ceder o espaço da biblioteca para a realização da atividade. Idealizada por três profissionais envolvidos com educação que já tinham tido experiências com esse público e motivados pela reflexão proposta por Antônio Cândido de que a literatura é um direito humano fundamental, estruturou-se a atividade sendo realizada uma vez por semana com obras selecionadas livremente pelos educadores e pelas participantes utilizando o espaço existente da biblioteca. No começo do projeto havia o interesse em que as horas dedicadas às atividades pudessem reverter em remição de dias de pena para as participantes. Segundo a norma vigente, as atividades de leitura contam para fins de remição somente mediante apresentação de resenha da obra lida/trabalhada pela apenada, o que ainda não pode ser realizado pelo grupo por uma questão estrutural.

As atividades se mantêm sendo realizadas uma vez por semana, sempre às sextas-feiras no período da manhã. No grupo atual de voluntários há um pouco mais de dez voluntários multiprofissionais que se revezam em duplas ou trios para realizar as atividades. Nos cinco meses de campo, algumas dificuldades podem ser apontadas com relação ao controle de entrada e saída de materiais na penitenciária podendo ser ou não ser revistados para checagem de seus conteúdos a depender do profissional de plantão. A volatilidade do público e a fragilidade da permissão de entrada que está sujeita aos contextos próprios, podendo ser ou não justificados por parte da unidade, como no caso de rebeliões em outras unidades prisionais, nem mesmo femininas, do Estado geram uma situação de alerta em todas as outras unidades. Os livros lidos são escolhidos livremente pelos voluntários contando também com sugestões das participantes. A única exigência é que sejam possíveis de ser lidos de maneira integral num mesmo encontro, podendo ser escolhido apenas capítulos na impossibilidade de uma obra completa que atenda a necessidade. Todas as obras escolhidas geram bastante interesse e discussão entre as participantes, mas nessa pesquisa será destacada a análise do discurso de uma mulher acerca da invisibilização que sofre a mulher negra em nossa história em uma roda que foi lido um cordel.

No referido encontro foi trabalhado o cordel⁸ da autora Jarid Arraes sobre a rainha quilombola Tereza de Benguela. Como costume na atividade é feita uma apresentação sobre o título trabalhado no dia e uma conversa pós-leitura levantando as opiniões e impressões sobre a obra lida. Ao serem questionadas se conheciam a heroína trazida, nenhuma das mulheres tinha ouvido falar da história da quilombola. Uma das educadoras perguntou se conheciam cordel, apenas duas das mulheres que depois soubemos serem de origem nordestina conheciam a literatura de cordel. A leitura é realizada, o texto escolhido narra a vida, luta e morte de Tereza de Benguela à frente do quilombo do Quariterê no estado do Mato Grosso. Todas as mulheres estiveram atentas até o ponto final, tanto que tiveram o interesse de permanecer com o livro para que lessem os outros cordéis nele contidos que traziam as histórias de outras mulheres igualmente guerreiras como Tereza de Benguela.

Abre-se a roda de discussão e as mulheres são estimuladas a falar o que acharam da obra, pontos que gostaram ou não gostaram na história. É verdade que quase nunca declaram não gostar de algo, mas a pergunta é feita para abrir o espaço. Ângela pede para comentar primeiro, ela disse que gostou da obra, pois deu a ela a oportunidade de conhecer a história de uma mulher negra como ela: *“Na escola nunca se fala sobre as mulheres e só falam da gente quando falam da escravidão”*. Em seguida, Graça Comenta que *“é bom ouvir histórias de mulheres guerreiras”*, pois *“é como se estivessem lendo uma história sobre ela”*. A identificação com a história foi direta, também para as mulheres não negras que viram em Tereza de Benguela a história de alguma mulher de sua família. Pois essas mulheres possuem menos melanina aparente em suas peles, mas possuem uma avó, uma mãe ou uma tia ou irmã que são mais escuras do que ela e reconhecem essas mulheres em Tereza. Nesse momento Elisa que a irmã que tem a pele mais escura do que ela sofria com apelidos na infância por conta da sua cor e cabelo *“cacheado”*. Elas se reconheceram em Tereza, indo à luta em defesa de seu povo como Tereza. A atividade seguiu com a confecção de um cordel coletivo que elas se vestiram da capa de heroínas e desabafaram seus descontentamentos na semana que

⁸ Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis, editora Pólen, 2017.

dura que enfrentaram. Um momento de descontração valioso.

Um movimento de resistência na forma de amor (hooks in PRESTES, 2017) pode ser observado na solução que Maria encontrou para que sua filha pudesse brincar com uma boneca no dia de visita. Maria está em progressão de pena e deve sair em pouco menos de um ano para terminar de cumprir sua pena em regime aberto. Ela trabalha como contratada na oficina de artesanato da unidade, lá ela e mais uma companheira também contratada e outras três voluntárias passam o dia entre confecção de chinelos decorados com pedrarias, bonecas de feltro, costura, tricô e tantas quantas atividades manuais se dispuserem a fazer, geralmente cumprindo alguma demanda. Elas contaram que no inverno passado confeccionaram mais de 200 cachecóis para a campanha de doação de roupas de inverno promovida por uma instituição religiosa. A instituição forneceu os materiais e elas a força de trabalho, não recebendo nada a mais, do pouco que recebem (as contratadas), pela produção. Contaram com orgulho de suas habilidades e nenhum tom de queixa.

Mas voltando a Maria ela conta que uma das primeiras vezes que a filha de 10 anos foi visitá-la, diante da impossibilidade de a menina entrar acompanhada de sua boneca, a mãe pensou em lhe dar uma boneca para brincar durante as visitas. Recorreu às bonecas já produzidas na oficina e que poderia pedir à coordenadora do espaço, mas entre as bonecas havia apenas reproduções de meninas brancas. Maria pensa então, com o material disponível - linhas de crochê marrom, alguns retalhos e enchimento - fazer uma boneca que fosse negra como ela e como a filha. Essa *resistência passiva* possui reconhecida potência justamente por ter, sem aporte de teorias de lugar de fala e representatividade, reconhecido a violência que tão cedo atinge as mulheres negras, a falta de representatividade em espaços de valor, lúdicos e de importância. Uma experiência que a mãe, neste gesto, pretende modificar para a filha, valorizando-a e fazendo reconhecer-se desde cedo.

3 Considerações finais.

A experiência do campo foi um grande desafio em virtude das dificuldades naturais que se apresentam relacionada ao acesso e a realidade que se apresenta. Algumas perguntas iniciais da pesquisa não puderam ser

respondidas, como a possibilidade das mulheres relacionarem sua cor de pele à situação de condenadas ou outra vivência discriminatória no contexto do cárcere. Muito se deu em função das dificuldades apresentadas no campo quanto ao acesso às mulheres como educadora-pesquisadora. Fato que suscita o planejamento futuro da extensão dessa investigação.

Ainda assim, foi possível averiguar que as mulheres negras em contexto prisional, quando se faz um campo fértil e seguro compartilham reflexões acerca de sua condição social enquanto mulher negra e atuam de maneira bastante significativa produzindo mecanismos de resistência ao racismo que perpassa suas existências, seja se reconhecendo enquanto a heroína em uma história real, seja confeccionando uma boneca negra de crochê para uma criança igualmente negra.

Referências

ALVES, Enedina do Amparo. Rês Negras, Judiciário Branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. São Paulo, 2015. Dissertação – Ciências Sociais – PUCSP.

ARRUDA, Rodolfo. Políticas Penitenciárias e o Encarceramento Feminino: o aumento da taxa de mulheres presas e uma breve discussão sobre a construção de unidades penitenciárias femininas no Estado de São Paulo. In: Revista Transgressões- Ciências Criminais em Debate. Vol.3, No.2, 2015. Acesso em: 30/05/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7209/5845>

BOITEUX, Luciana; Wiecko, Ela ; VARGAS, Beatriz ; BATISTA, Vanessa Oliveira ; PRADO, G. M. . Tráfico de Drogas e Constituição. 1. ed. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2009. v. 1. 122p .

BRASIL. Ministério da Justiça – DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – Junho de 2016.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FELTRAN, Gabriel. “Trabalhadores” e “bandidos” na mesma família. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Editora Boitempo, 2011, págs. 397-417.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA –ITTC. Relatório Mulher Sem Prisão. São Paulo, 2017.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Trad. de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...org. UCPA. São Paulo. UCPA, 2018.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas (Segunda parte). In: Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
LAGO, Natália Bouças do. Mulheres na Prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal. Dissertação de Mestrado – USP: São Paulo, 2014.

MAKKI, Salma Hussein. Gênero e Criminalidade: Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8080.

Acessado em 30/05/2017

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de Subjetivação de Mulheres Negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 266-274, 2009.

PRESTES, Clélia R. S. Resignificação da identidade e amor....in: Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. Org. Maria Lúcia da Silva, Maria Cristina Ocariz. São Paulo: Escuta, 2018.

RODRIGUES, A.S. Raça, gênero e sistema prisional: relato de experiências com mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semi-aberto. *Revista África e Africanidades - Ano I - n. 3 - Nov. 2008*

_____. À procura de novos caminhos: Mulheres negras e suas experiências a partir do sistema prisional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação – Serviço Social – PUC-Rio.

SCHAFER, Cibele Franco Bonoto. Maternidade no Cárcere e a Exclusão da Cidadania: Um Olhar Sobre a Ótica dos Direitos Humanos. XX Jornada de Pesquisa Unijui, 2015.

SOARES, Luiz E. Desmilitarização e reforma do modelo policial. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/526151-desmilitarizacao-e-reforma-do-modelo-policial. Acessado em 31/05/2017.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão social / Neusa Santos Souza. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso de; OLIVEIRA, Manuel Rufino David de. Por uma Criminologia Feminista e Negra: Uma análise crítica da criminalização da mulher negra no cárcere brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal – UFRGS*, vol. 4, No.1, 2016.

WACQUANT, Loic. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Tradução: Paula Miraglia e Hélio de Mello Filho. in *Revista Novos estudos* 80. CEBRAP. São Paulo, 2008.